



ANS

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE SARGENTOS

Site: <http://www.ans.pt>e-mail: geral@ans.pt

Nº: 18/01

Data: 17 JUL 01

COMUNICADO

COM FIRMEZA E DIGNIDADE, LUTANDO PELO FUTURO!

Hoje vivemos um dia histórico na luta dos Sargentos, dos outros militares e dos militarizados pelo direito ao associativismo sócio-profissional.

Sem dúvida que nalguns aspectos poderemos considerar que houve avanços, embora os motivos de preocupação e de perturbação no interior da Instituição Militar permaneçam.

Há alguns direitos que sofreram um retrocesso na medida em que a redacção aprovada é mais vaga e ambígua do que a que estava em vigor.

No direito ao associativismo, embora venha consignado o direito ao associativismo sócio-profissional, vem uma inovação relativamente ao articulado que estava em vigor (ainda está até este ser promulgado): agora também as associações ficam com as restrições aplicadas aos militares. Esta medida pode vir a revelar-se a mais perigosa de todas.

No balanço do deve e haver podemos dizer, numa primeira leitura, que os avanços compensam os recuos: ficámos num novo enquadramento legal que temos de ver como todos os parceiros se vão enquadrar nele.

Uma coisa temos certa, tal como vínhamos dizendo há muito tempo: o artigo 31º que aí vem terá de contar com a nossa disposição de luta, a nossa determinação e, por isso, terá de ser interpretado de modo a possibilitar a resolução dos nossos problemas. Vamos lutar desde hoje, como o fizemos em todo o País com mais uma enorme adesão (da ordem dos 90% em sargentos e praças e nos oficiais, em muitas unidades em percentagens de 90%), pela alteração do artigo 31º de modo a contemplar a prática associativa actual, respeite os direitos de cidadania aos cidadãos militares enquanto cidadãos em uniforme e lhes dê mecanismos de defenderem os seus direitos e representarem os militares em tribunal em causa de pessoa incerta.

Mas as restantes questões que nos têm movido permanecem intactas sem resolução nem sinais nesse sentido.

As carreiras: a nossa petição colectiva entregue na AR com mais de 6.200 assinaturas para que aquele órgão de soberania discuta de novo o EMFAR, continua sem agendamento - não obstante as carreiras estarem mais e mais congestionadas.

Os vencimentos: continuamos a receber menos um vencimento/mês do que os nosso camaradas da GNR e a vê-los degradar-se relativamente à restante Administração Pública.

A Justiça Militar: permanece no segredo dos Deuses, sem debate público e cada vez mais afastado da hipótese e vir a ser o conjunto de instrumentos modernos e de acordo com a Constituição de Abril que todos desejamos e a Instituição Militar necessita.

Os quadros orgânicos: que continuam sem ser aprovados para rever o DL 202/93, e que já devia ter sido revisto em 1998, enquanto que os quadros estiolam à mingua de rejuvenescimento.

Os direitos de cidadania, como podem verificar pelos textos aprovados, continuam a necessitar de luta e de serem exercitados para, definitivamente, os conquistarmos.

UMA CERTEZA: Sem luta nada conseguimos, sem luta nada conseguiremos!

Os sargentos de Portugal saberão continuar a ousar a vencer!!!

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE SARGENTOS

Viva Portugal!